



IMPrensa Oficial Eletrônica

SANTA FÉ DO SUL

Sexta-feira, 09 de dezembro de 2022

www.santafedosul.sp.gov.br

Ano II | Edição nº 213

SUMÁRIO

Poder Executivo	2
Atos Oficiais	2
Decretos	2
Licitações e Contratos	9
Aditivos / Aditamentos / Supressões	9
Vigilância Sanitária	11
Deferimentos	11
Cancelamentos	13

PODER EXECUTIVO**Atos Oficiais****Decretos****DECRETO Nº 5.266, DE 07 DE OUTUBRO DE 2022**

Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o governo digital e para o aumento da eficiência pública no âmbito do município de Santa Fé do Sul, e incorpora os comandos da Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 à legislação municipal.

Evandro Farias Mura, Prefeito Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul, no uso de suas atribuições legais:

D E C R E T A:**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Ficam adotados os princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da Administração Pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão, previstos na Lei Federal nº 14.129, de 2021, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Município de Santa Fé do Sul.

Parágrafo único. Na aplicação deste Decreto deverá ser observados os dispostos nas Leis Federais nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), 13.460, de 26 de junho de 2017, 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), Lei Complementar Federal nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e municipal Lei Complementar nº 21, de 23 de dezembro de 1993 (Código Tributário Municipal) e Decreto nº 3.322, de 20 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto aplicar-se-á aos órgãos da administração pública direta e indireta, concessionárias e permissionárias de serviços públicos.

Art. 3º. São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública:

I - A desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis;

II - A disponibilização em plataforma única do acesso às informações e aos serviços públicos, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo, quando indispensável, da prestação de caráter presencial;

III - A possibilidade aos cidadãos, às pessoas jurídicas e aos outros entes públicos de demandar e

de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial;

IV - A transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços;

V - O incentivo à participação social no controle e na fiscalização da administração pública;

VI - O dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos;

VII - O uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão;

VIII - O uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da administração pública;

IX - A atuação integrada entre os órgãos e as entidades envolvidos na prestação e no controle dos serviços públicos, com o compartilhamento de dados pessoais em ambiente seguro quando for indispensável para a prestação do serviço, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e, quando couber, com a transferência de sigilo, nos termos do art. 198 da Lei Federal nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), e da Lei Complementar Federal nº 105, de 2001;

X - A simplificação dos procedimentos de solicitação, oferta e acompanhamento dos serviços públicos, com foco na universalização do acesso e no autosserviço;

XI - A eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

XII - A imposição imediata e de uma única vez ao interessado das exigências necessárias à prestação dos serviços públicos, justificada exigência posterior apenas em caso de dúvida superveniente;

XIII - A vedação de exigência de prova de fato já comprovado pela apresentação de documento ou de informação válida;

XIV - A interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos;

XV - A presunção de boa-fé do usuário dos serviços públicos;

XVI - A permanência da possibilidade de atendimento presencial, de acordo com as características, a relevância e o público-alvo do serviço;

XVII - A proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

XVIII - O cumprimento de compromissos e de padrões de qualidade divulgados na Carta de Serviços ao Usuário;

XIX - A acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

XX - O estímulo a ações educativas para qualificação dos servidores públicos para o uso das tecnologias digitais e para a inclusão digital da população;

XXI - O apoio técnico aos entes federados para implantação e adoção de estratégias que visem à transformação digital da administração pública;

XXII - O estímulo ao uso das assinaturas eletrônicas nas interações e nas comunicações entre órgãos públicos e entre estes e os cidadãos;

XXIII - A implantação do governo como plataforma e a promoção do uso de dados, preferencialmente anonimizados, por pessoas físicas e jurídicas de diferentes setores da sociedade, resguardado o disposto nos arts. 7º e 11 da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), com vistas, especialmente, à formulação de políticas públicas, de pesquisas científicas, de geração de negócios e de controle social;

XXIV - O tratamento adequado a idosos, nos termos da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

XXV - A adoção preferencial, no uso da internet e de suas aplicações, de tecnologias, de padrões e de formatos abertos e livres, conforme disposto no inciso V do caput do art. 24 e no art. 25 da Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); e

XXVI - A promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação no setor público.

Art. 4º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Autosserviço: acesso pelo cidadão a serviço público prestado por meio digital, sem necessidade de mediação humana;

II - Base municipal de serviços públicos: base de dados que contém as informações necessárias sobre a oferta de serviços públicos de todos os prestadores desses serviços;

III - Dados abertos: dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou tratamento por qualquer pessoa, física ou jurídica;

IV - Dado acessível ao público: qualquer dado gerado ou acumulado pelos entes públicos que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

V - Formato aberto: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou de qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização;

VI - Governo como plataforma: infraestrutura tecnológica que facilite o uso de dados de acesso público e promova a interação entre diversos agentes, de forma segura, eficiente e responsável, para estímulo à inovação, à exploração de atividade econômica e à prestação de serviços à população;

VII - Laboratório de inovação: espaço aberto à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento de ideias, de ferramentas e de

métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos e a participação do cidadão para o exercício do controle sobre a administração pública;

VIII - Plataformas de governo digital: ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessárias para a oferta digital de serviços e de políticas públicas;

IX - Registros de referência: informação íntegra e precisa oriunda de uma ou mais fontes de dados, centralizadas ou descentralizadas, sobre elementos fundamentais para a prestação de serviços e para a gestão de políticas públicas; e

X - Transparência ativa: disponibilização de dados pela administração pública independentemente de solicitações.

Parágrafo único. Aplicam-se a este Decreto os conceitos da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CAPÍTULO II

DA DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - GOVERNO DIGITAL

Seção I

Da Digitalização

Art. 5º A administração pública utilizará soluções digitais para a gestão de suas políticas finalísticas e administrativas e para o trâmite de processos administrativos eletrônicos.

Parágrafo único. Entes públicos que emitem atestados, certidões, diplomas ou outros documentos comprobatórios com validade legal poderão fazê-lo em meio digital, assinados eletronicamente na forma do art. 7º deste Decreto e da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

Art. 6º Nos processos administrativos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados em meio eletrônico, exceto se o usuário solicitar de forma diversa, nas situações em que esse procedimento for inviável, nos casos de indisponibilidade do meio eletrônico ou diante de risco de dano relevante à celeridade do processo.

Parágrafo único. No caso das exceções previstas no caput deste artigo, os atos processuais poderão ser praticados conforme as regras aplicáveis aos processos em papel, desde que posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado.

Art. 7º. Os documentos e os atos processuais serão válidos em meio digital mediante o uso de assinatura eletrônica, desde que respeitados parâmetros de autenticidade, de integridade e de segurança adequados para os níveis de risco em relação à criticidade da decisão, da informação ou do serviço específico, nos termos da lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses legais de anonimato.

Art. 8º. Os atos processuais em meio eletrônico consideram-se realizados no dia e na hora do recebimento pelo sistema informatizado de gestão de processo administrativo eletrônico do órgão ou da

entidade, o qual deverá fornecer recibo eletrônico de protocolo que os identifique.

§ 1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio eletrônico, serão considerados tempestivos os efetivados, salvo disposição em contrário, até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia do prazo, no horário de Brasília.

§ 2º A regulamentação deverá dispor sobre os casos e as condições de prorrogação de prazos em virtude da indisponibilidade de sistemas informatizados.

Art. 9º. O acesso à íntegra do processo para vista pessoal do interessado poderá ocorrer por intermédio da disponibilização de sistema informatizado de gestão ou por acesso à cópia do documento, preferencialmente em meio eletrônico.

Art. 10º. A classificação da informação quanto ao grau de sigilo e a possibilidade de limitação do acesso aos servidores autorizados e aos interessados no processo observarão os termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e Decreto nº 3.322, de 2013, e das demais normas vigentes.

Art. 11. Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente na forma do art. 7º deste decreto são considerados originais para todos os efeitos legais.

Art. 12. O formato e o armazenamento dos documentos digitais deverão garantir o acesso e a preservação das informações, nos termos da legislação arquivística nacional.

Art. 13. A guarda dos documentos digitais e dos processos administrativos eletrônicos considerados de valor permanente deverá estar de acordo com as normas previstas pela instituição arquivística pública responsável por sua custódia.

Seção II

Do Governo Digital

Art. 14. A prestação digital dos serviços públicos deverá ocorrer por meio de tecnologias de amplo acesso pela população, inclusive pela de baixa renda ou residente em áreas rurais e isoladas, sem prejuízo do direito do cidadão a atendimento presencial.

Parágrafo único. O acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço.

Art. 15. A administração pública participará, de maneira integrada e cooperativa, da consolidação da Estratégia Nacional de Governo Digital, editada pelo Poder Executivo federal, que observará os princípios e as diretrizes de que trata o art. 3º deste Decreto.

Art. 16. O Poder Executivo municipal poderá editar estratégia de governo digital, no âmbito de sua competência, buscando a sua compatibilização com a estratégia federal.

Seção III

Das Redes de Conhecimento

Art. 17. O Poder Executivo municipal poderá criar redes de conhecimento, com o objetivo de:

I - Gerar, compartilhar e disseminar conhecimento e experiências;

II - Formular propostas de padrões, políticas, guias e manuais;

III - Discutir sobre os desafios enfrentados e as possibilidades de ação quanto ao Governo Digital e à eficiência pública;

IV - Prospectar novas tecnologias para facilitar a prestação de serviços públicos disponibilizados em meio digital, o fornecimento de informações e a participação social por meios digitais.

Parágrafo único. Poderão participar das redes de conhecimento todos os órgãos e as entidades referidos no art. 2º deste decreto.

Seção IV

Dos Componentes do Governo Digital

Subseção I

Da Definição

Art. 18. São componentes essenciais para a prestação digital dos serviços públicos na administração pública:

I - A Base Nacional, Estadual e Municipal de Serviços Públicos;

II - A Carta de Serviços aos Usuários do Serviço Público, de que trata a Lei Federal nº 13.460, de 2017, regulamentada a operacionalização pelo Decreto nº 5.267, de 07 de outubro de 2022;

III - as Plataformas de Governo Digital.

Subseção II

Da Base Municipal de Serviços Públicos

Art. 19. Poderá o Poder Executivo municipal estabelecer Base municipal de Serviços Públicos, que reunirá informações necessárias sobre a oferta de serviços públicos.

Parágrafo único. O Município de Santa Fé do Sul poderá seguir os formatos e padrões adotados na Base Nacional de Serviços Públicos.

Subseção III

Das Plataformas de Governo Digital

Art. 20. As Plataformas de Governo Digital, instrumentos necessários para a oferta e a prestação digital dos serviços públicos no âmbito do município de Santa Fé do Sul, deverão ter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

I - Ferramenta digital de solicitação de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos;

II - Painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos.

§ 1º As Plataformas de Governo Digital deverão ser acessadas por meio de portal, de aplicativo ou de outro canal digital único e oficial, para a disponibilização de informações institucionais, notícias e prestação de serviços públicos.

§ 2º As funcionalidades de que trata o caput deste artigo deverão observar padrões de interoperabilidade e a necessidade de integração de dados como formas de simplificação e de eficiência nos processos e no atendimento aos usuários.

Art. 21. A ferramenta digital de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos de que trata o inciso I do caput do art. 20 deste Decreto deve apresentar, no mínimo, as seguintes

características e funcionalidades:

I - Identificação do serviço público e de suas principais etapas;

II - Solicitação digital do serviço;

III - Agendamento digital, quando couber;

IV - Acompanhamento das solicitações por etapas;

V - Avaliação continuada da satisfação dos usuários em relação aos serviços públicos prestados;

VI - Identificação, quando necessária, e gestão do perfil pelo usuário;

VII - Notificação do usuário;

VIII - Possibilidade de pagamento digital de serviços públicos e de outras cobranças, quando necessário;

IX - Nível de segurança compatível com o grau de exigência, a natureza e a criticidade dos serviços públicos e dos dados utilizados;

X - Funcionalidade para solicitar acesso a informações acerca do tratamento de dados pessoais, nos termos das Leis Federais nºs 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

XI - Implementação de sistema de ouvidoria, nos termos da Lei Federal nº 13.460, de 2017.

Art. 22. O painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos de que trata o inciso II do caput do art. 20 deste Decreto deverá conter, no mínimo, as seguintes informações, para cada serviço público ofertado:

I - Quantidade de solicitações em andamento e concluídas anualmente;

II - Tempo médio de atendimento; e

III - Grau de satisfação dos usuários.

Parágrafo único. Deverá ser assegurada interoperabilidade e padronização mínima do painel a que se refere o caput deste artigo, de modo a permitir a comparação entre as avaliações e os desempenhos dos serviços públicos prestados pelos diversos entes.

Art. 23. O Poder Executivo municipal observará os padrões nacionais para as soluções previstas nesta Seção

Seção V

Da Prestação Digital dos Serviços Públicos

Art. 24. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão, no âmbito de suas competências:

I - Manter atualizadas:

a) As Cartas de Serviços ao Usuário, a Base municipal de Serviços Públicos e as Plataformas de Governo Digital;

b) As informações institucionais e as comunicações de interesse público;

II - Monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;

III - Integrar os serviços públicos às ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica e de meios de pagamento digitais, quando aplicáveis;

IV - Eliminar, inclusive por meio da

interoperabilidade de dados, as exigências desnecessárias ao usuário quanto à apresentação de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis;

V - Eliminar a replicação de registros de dados, exceto por razões de desempenho ou de segurança;

VI - Tornar os dados da prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade interoperáveis para composição dos indicadores do painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos;

VII - Realizar a gestão das suas políticas públicas com base em dados e em evidências por meio da aplicação de inteligência de dados em plataforma digital; e

VIII - Realizar testes e pesquisas com os usuários para subsidiar a oferta de serviços simples, intuitivos, acessíveis e personalizados.

Art. 25. As Plataformas de Governo Digital devem dispor de ferramentas de transparência e de controle do tratamento de dados pessoais que sejam claras e facilmente acessíveis e que permitam ao cidadão o exercício dos direitos previstos na Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Parágrafo único. As ferramentas previstas no caput deste artigo devem:

I - Disponibilizar, entre outras, as fontes dos dados pessoais, a finalidade específica do seu tratamento pelo respectivo órgão ou ente e a indicação de outros órgãos ou entes com os quais é realizado o uso compartilhado de dados pessoais, incluído o histórico de acesso ou uso compartilhado, ressalvados os casos previstos no inciso III do caput do art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

II - Permitir que o cidadão efetue requisições ao órgão ou à entidade controladora dos seus dados, especialmente aquelas previstas no art. 18 da Lei Federal nº 13.709, de 2018

Art. 26. Presume-se a autenticidade de documentos apresentados por usuários dos serviços públicos ofertados por meios digitais, desde que o envio seja assinado eletronicamente.

Seção VI

Dos Direitos dos Usuários da Prestação Digital de Serviços Públicos

Art. 27. São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos, além daqueles constantes das Leis Federais nºs 13.460, de 2017, e 13.709, de 2018:

I - Gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;

II - Atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário;

III - Padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital;

IV - Recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas;

V - Indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o

recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.

CAPÍTULO III

DO NÚMERO SUFICIENTE PARA IDENTIFICAÇÃO

Art. 28. Fica estabelecido o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como número suficiente para identificação do cidadão ou da pessoa jurídica, conforme o caso, nos bancos de dados de serviços públicos, garantida a gratuidade da inscrição e das alterações nesses cadastros.

CAPÍTULO IV

DO GOVERNO COMO PLATAFORMA

Seção I

Da Abertura dos Dados

Art. 29. Os dados disponibilizados pelos prestadores de serviços públicos, bem como qualquer informação de transparência ativa, são de livre utilização pela sociedade, observados os princípios dispostos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Parágrafo único. Na promoção da transparência ativa de dados, o poder público deverá observar os seguintes requisitos:

I - Observância da publicidade das bases de dados não pessoais como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - Garantia de acesso irrestrito aos dados, os quais devem ser legíveis por máquina e estar disponíveis em formato aberto, respeitadas as Leis Federais nºs 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

III - Descrição das bases de dados com informação suficiente sobre estrutura e semântica dos dados, inclusive quanto à sua qualidade e à sua integridade;

IV - Permissão irrestrita de uso de bases de dados publicadas em formato aberto;

V - Completude de bases de dados, as quais devem ser disponibilizadas em sua forma primária, com o maior grau de granularidade possível, ou referenciar bases primárias, quando disponibilizadas de forma agregada;

VI - Atualização periódica, mantido o histórico, de forma a garantir a perenidade de dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados à sociedade e a atender às necessidades de seus usuários;

VII - Respeito à privacidade dos dados pessoais e dos dados sensíveis, sem prejuízo dos demais requisitos elencados, conforme a Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

VIII - Intercâmbio de dados entre órgãos e entidades dos diferentes Poderes e esferas da Federação, respeitado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais); e

IX - Fomento ao desenvolvimento de novas

tecnologias destinadas à construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e à melhor oferta de serviços públicos.

Art. 30. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de abertura de bases de dados da administração pública, que deverá conter os dados de contato do requerente e a especificação da base de dados requerida.

§ 1º O requerente poderá solicitar a preservação de sua identidade quando entender que sua identificação prejudicará o princípio da impessoalidade, caso em que o canal responsável deverá resguardar os dados sem repassá-los ao setor, ao órgão ou à entidade responsável pela resposta.

§ 2º Os procedimentos e os prazos previstos para o processamento de pedidos de acesso à informação, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), aplicam-se às solicitações de abertura de bases de dados da administração pública.

§ 3º Para a abertura de base de dados de interesse público, as informações para identificação do requerente não podem conter exigências que inviabilizem o exercício de seu direito.

§ 4º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de abertura de base de dados públicos.

§ 5º Os pedidos de abertura de base de dados públicos, bem como as respectivas respostas, deverão compor base de dados aberta de livre consulta.

§ 6º Consideram-se automaticamente passíveis de abertura as bases de dados que não contenham informações protegidas por lei.

Art. 31. Compete ao Poder Executivo Municipal monitorar a aplicação, o cumprimento dos prazos e os procedimentos para abertura dos dados sob seu controle.

Art. 32. A existência de inconsistências na base de dados não poderá obstar o atendimento da solicitação de abertura.

Art. 33. A solicitação de abertura da base de dados será considerada atendida a partir da notificação ao requerente sobre a disponibilização e a catalogação da base de dados para acesso público no site oficial do órgão ou da entidade na internet.

Art. 34. É direito do requerente obter o inteiro teor da decisão negativa de abertura de base de dados.

Parágrafo único. Eventual decisão negativa à solicitação de abertura de base de dados ou decisão de prorrogação de prazo, em razão de custos desproporcionais ou não previstos pelo órgão ou pela entidade da administração pública, deverá ser acompanhada da devida análise técnica que conclua pela inviabilidade orçamentária da solicitação.

Art. 35. No caso de indeferimento de abertura de base de dados, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias, contado de sua ciência.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá manifestar-se no

prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 36. Os órgãos gestores de dados poderão disponibilizar em transparência ativa dados de pessoas físicas e jurídicas para fins de pesquisa acadêmica e de monitoramento e de avaliação de políticas públicas, desde que anonimizados antes de sua disponibilização os dados protegidos por sigilo ou com restrição de acesso prevista, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

Art. 37. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.

Seção II

Da Interoperabilidade de Dados entre Órgãos Públicos

Art. 38. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos detentores ou gestores de bases de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 13.709 de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), deverão gerir suas ferramentas digitais, considerando:

I - A interoperabilidade de informações e de dados sob gestão dos órgãos e das entidades referidos no art. 2º deste Decreto, respeitados as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e das comunicações, as limitações tecnológicas e a relação custo-benefício da interoperabilidade;

II - A otimização dos custos de acesso a dados e o reaproveitamento, sempre que possível, de recursos de infraestrutura de acesso a dados por múltiplos órgãos e entidades;

III - A proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Art. 39. Será instituído mecanismo de interoperabilidade com a finalidade de:

I - Aprimorar a gestão de políticas públicas;

II - Aumentar a confiabilidade dos cadastros de cidadãos existentes na administração pública, por meio de mecanismos de manutenção da integridade e da segurança da informação no tratamento das bases de dados, tornando-as devidamente qualificadas e consistentes;

III - Viabilizar a criação de meios unificados de identificação do cidadão para a prestação de serviços públicos;

IV - Facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo;

V - Realizar o tratamento de informações das bases de dados a partir do número de inscrição do cidadão no CPF, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal nº 13.444, 11 de maio de 2017.

Parágrafo único. Aplicam-se aos dados pessoais tratados por meio de mecanismos de interoperabilidade as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Art. 40. Os órgãos abrangidos por este Decreto

serão responsáveis pela publicidade de seus registros de referência e pelos mecanismos de interoperabilidade de que trata esta Seção.

§ 1º As pessoas físicas e jurídicas poderão verificar a exatidão, a correção e a completude de qualquer um dos seus dados contidos nos registros de referência, bem como monitorar o acesso a esses dados.

§ 2º Nova base de dados somente poderá ser criada quando forem esgotadas as possibilidades de utilização dos registros de referência existentes.

Art. 41. É de responsabilidade dos órgãos e das entidades referidos no art. 2º deste Decreto os custos de adaptação de seus sistemas e de suas bases de dados para a implementação da interoperabilidade.

CAPÍTULO V

DO DOMICÍLIO ELETRÔNICO

Art. 42. Os órgãos e as entidades referidos no art. 2º desta Lei, mediante opção do usuário, poderão realizar todas as comunicações, as notificações e as intimações por meio eletrônico.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não gera direito subjetivo à opção pelo administrado caso os meios não estejam disponíveis.

§ 2º O administrado poderá, a qualquer momento e independentemente de fundamentação, optar pelo fim das comunicações, das notificações e das intimações por meio eletrônico.

§ 3º O ente público poderá realizar as comunicações, as notificações e as intimações por meio de ferramenta mantida por outro ente público.

Art. 43. As ferramentas usadas para os atos de que trata o art. 42 deste Decreto:

I - Disponham de meios que permitam comprovar a autoria das comunicações, das notificações e das intimações;

II - Terão meios de comprovação de emissão e de recebimento, ainda que não de leitura, das comunicações, das notificações e das intimações;

III - Poderão ser utilizadas mesmo que legislação especial preveja apenas as comunicações, as notificações e as intimações pessoais ou por via postal;

IV - Serão passíveis de auditoria;

V - Conservarão os dados de envio e de recebimento por, pelo menos, 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO VI

DOS LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO

Art. 44. Os entes públicos poderão instituir laboratórios de inovação, abertos à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento e a experimentação de conceitos, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos, o tratamento de dados produzidos pelo poder público e a participação do cidadão no controle da administração pública.

Art. 45. Os laboratórios de inovação terão como diretrizes:

I - Colaboração interinstitucional e com a sociedade;

II - Promoção e experimentação de tecnologias

abertas e livres;

III - Uso de práticas de desenvolvimento e prototipação de softwares e de métodos ágeis para formulação e implementação de políticas públicas;

IV - Foco na sociedade e no cidadão;

V - Fomento à participação social e à transparência pública;

VI - Incentivo à inovação;

VII - Apoio ao empreendedorismo inovador e fomento a ecossistema de inovação tecnológica direcionado ao setor público;

VIII - Apoio a políticas públicas orientadas por dados e com base em evidências, a fim de subsidiar a tomada de decisão e de melhorar a gestão pública;

IX - Estímulo à participação de servidores, de estagiários e de colaboradores em suas atividades;

X - Difusão de conhecimento no âmbito da administração pública.

CAPÍTULO VII

DA GOVERNANÇA, DA GESTÃO DE RISCOS, DO CONTROLE E DA AUDITORIA

Art. 46. Caberá à autoridade competente dos órgãos e das entidades referidos no art. 2º deste Decreto, observados as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança, em consonância com os princípios e as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. Os mecanismos, as instâncias e as práticas de governança referidos no caput deste artigo incluirão, no mínimo:

I - Formas de acompanhamento de resultados;

II - Soluções para a melhoria do desempenho das organizações;

III - Instrumentos de promoção do processo decisório fundamentado em evidências.

Art. 47. Os órgãos e as entidades a que se refere o art. 2º deste Decreto deverão estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e de controle interno com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos da prestação digital de serviços públicos que possam impactar a consecução dos objetivos da organização no cumprimento de sua missão institucional e na proteção dos usuários, observados os seguintes princípios:

I - Integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais;

II - Estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de modo a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício;

III - Utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de governança, de gestão de riscos e de controle;

IV - Proteção às liberdades civis e aos direitos

fundamentais.

Art. 48. A auditoria interna deverá adicionar valor e melhorar as operações das organizações para o alcance de seus objetivos, mediante a abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gestão de riscos e de controle, por meio da:

I - Realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente, conforme os padrões de auditoria e de ética profissional reconhecidos internacionalmente;

II - Adoção de abordagem baseada em risco para o planejamento de suas atividades e para a definição do escopo, da natureza, da época e da extensão dos procedimentos de auditoria;

III - Promoção da prevenção, da detecção e da investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49 O acesso e a conexão para o uso de serviços públicos poderão ser garantidos total ou parcialmente pelo governo, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital dos serviços públicos e a redução de custos aos usuários, nos termos deste Decreto.

Art. 50 Os atos que demanda assinatura eletrônica serão regidos por Decreto que regulamenta a Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

Art. 51 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turísticas de Santa Fé do Sul, 07 de outubro de 2022.

Evandro Farias Mura

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado por afixação no local de costume, na mesma data.

Gilvan Cesar de Melo

Secretário de Administração

DECRETO Nº 5.314, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022.

Estabelece horário de dispensa para acompanhamento dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2022.

Evandro Farias Mura, Prefeito da Estância Turística de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que, a cada quatro anos, a disputa do Campeonato Mundial de Futebol atrai a atenção de grande parcela da população brasileira;

Considerando o avanço do Brasil as quartas de finais da Copa do Mundo de 2022;

Considerando que todas as atividades

econômicas interrompem seus expedientes para que seus colaboradores possam assistir aos jogos desse certame;

Considerando que a Administração Municipal deve adequar o horário de seu expediente a garantir o atendimento à população em geral e, concomitantemente, possibilitar a oportunidade dos servidores públicos também testemunharem o desempenho da equipe brasileira nesse evento desportivo, que este ano ocorrerá na **Federação do Catar**, país localizado no Oriente Médio.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado que no dia 09/12/2022 o expediente em todos os órgãos e repartições da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional da Estância Turística de Santa Fé do Sul, será até às **11:30h**.

Art. 2º - O disposto no **Art. 1º** deste decreto não se aplica às repartições que, por sua natureza, houver necessidade de funcionamento ininterrupto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Santa Fé do Sul, de 06 de dezembro de 2022.

Evandro Farias Mura
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado por afixação no local de costume, na mesma data.

Ronaldo Francisco Vieira
Secretário de Administração Interino

Licitações e Contratos

Aditivos / Aditamentos / Supressões

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP.

CONTRATADA: **FÊNIX ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONCURSOS PÚBLICOS EIRELI-ME.**

OBJETO: Visa-se contratação de empresa especializada para a organização e realização de Concurso Público de provas e títulos, para preenchimento de cargos do quadro de servidores da Prefeitura Municipal Santa Fé do Sul-SP, em conformidade com o Memorial Descritivo - Anexo I do presente edital.

ASSINATURA: 16 de novembro de 2022.

VALOR GLOBAL: **R\$ 99.690,00**

MODALIDADE: Convite 02/2022 - Processo nº 4309/2022.

VIGÊNCIA: Até **05 (cinco) meses** partir de sua assinatura

Santa Fé do Sul - SP, 16 de novembro de 2022.

EVANDRO FARIAS MURA
Prefeito

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2022

OBJETO: "Visa-se a execução os serviços de Infraestrutura Urbana para implantação do Distrito Industrial V, com fornecimento de materiais/equipamentos e mão de obra, nesta cidade de Santa Fé do Sul - SP, por tempo determinado, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos."

Com fundamento no inciso VI do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, **HOMOLOGO** o procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 17/2022, tipo menor preço global, e **ADJUDICO** o objeto licitado em favor da empresa:

- **JR SANTA FÉ PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ. (MF) nº 09.394.836/0001-92;

Santa Fé do Sul - SP, em 08 de dezembro de 2022.

EVANDRO FARIAS MURA
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP.

CONTRATADA: **JR SANTA FÉ PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA.**

OBJETO: Visa-se a prestação dos serviços de Infraestrutura Urbana para implantação do Distrito Industrial V, com fornecimento de materiais/equipamentos e mão de obra, nesta cidade de Santa Fé do Sul - SP, por tempo determinado, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

ASSINATURA: 08 de dezembro de 2022.

VALOR GLOBAL: **R\$ 2.022.060,35 (dois milhões, vinte e dois mil, sessenta reais e trinta e cinco centavos).**

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 17/2022 - Processo nº 4748/2022.

VIGÊNCIA: Até **06 (seis) meses**, contados a partir da data de sua assinatura

Santa Fé do Sul - SP, 08 de dezembro de 2022.

EVANDRO FARIAS MURA
Prefeito

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2022 PROCESSO Nº 5.297/2022.

O Exmo. Senhor Prefeito **EVANDRO FARIAS MURA**, vem no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 26 da lei n. 8666/93, e suas posteriores alterações, e considerando o que consta do presente processo administrativo, face a justificativa apresentada pela Secretaria de Cultura e Turismo, **RATIFICAR** a declaração de Inexigibilidade de Licitação para o pagamento de direitos autorais do Evento Projeto Sonho de Natal/2022, à empresa **ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO**

ECAD, C.N.P.J (MF) nº 00.474.973/0001-62, sendo que a respectiva contratação perfaz um valor global de R\$ 27.204,20 (vinte e sete mil duzentos e quatro reais e vinte centavos), determinando assim, que se proceda a publicação do devido extrato desta RATIFICAÇÃO. Notifique-se a supracitada empresa para celebração do respectivo contrato. Ciência aos interessados. Publique-se.

Santa Fé do Sul SP, 08 de dezembro de 2022.

EVANDRO FARIAS MURA

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP.

CONTRATADA: COMERCIAL FORTE NOBRE FERNANDÓPOLIS-ME.

OBJETO: Visa-se à aquisição de equipamentos pelo Projeto Estadual Cozinhamento, relativo a Termo de Convênio - Processo nº SAA-PRC-2021/14614, celebrado com o Estado de São Paulo através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, conforme as especificações e condições contidas do Edital.

ASSINATURA: 01 de dezembro de 2022.

VALOR: R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) global.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 36/2022 - Processo nº 4639/2022.

VIGÊNCIA: Até 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

Santa Fé do Sul - SP, 01 de dezembro de 2022.

EVANDRO FARIAS MURA

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP.

CONTRATADA: EXCLUSIVA COMERCIAL E NEGOCIOS LTDA

OBJETO: Visa-se à aquisição de equipamentos pelo Projeto Estadual Cozinhamento, relativo a Termo de Convênio - Processo nº SAA-PRC-2021/14614, celebrado com o Estado de São Paulo através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, conforme as especificações e condições contidas do Edital.

ASSINATURA: 01 de dezembro de 2022.

VALOR: \$11.100,00 (onze mil e cem reais) global.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 36/2022 - Processo nº 4639/2022.

VIGÊNCIA: Até 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

Santa Fé do Sul - SP, 01 de dezembro de 2022.

EVANDRO FARIAS MURA

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP.

CONTRATADA: MAGAZINE MARINI NOGUEIRA

EIRELI - ME

OBJETO: Visa-se à aquisição de equipamentos pelo Projeto Estadual Cozinhamento, relativo a Termo de Convênio - Processo nº SAA-PRC-2021/14614, celebrado com o Estado de São Paulo através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, conforme as especificações e condições contidas do Edital.

ASSINATURA: 01 de dezembro de 2022.

VALOR: R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais) global.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 36/2022 - Processo nº 4639/2022.

VIGÊNCIA: Até 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

Santa Fé do Sul - SP, 01 de dezembro de 2022.

EVANDRO FARIAS MURA

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP.

CONTRATADA: IMPACTO COMERCIO DE BRINQUEDOS E MOVEIS EIRELI

OBJETO: Visa-se à aquisição de equipamentos pelo Projeto Estadual Cozinhamento, relativo a Termo de Convênio - Processo nº SAA-PRC-2021/14614, celebrado com o Estado de São Paulo através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, conforme as especificações e condições contidas do Edital.

ASSINATURA: 01 de dezembro de 2022.

VALOR: R\$3.505,00 (três mil e quinhentos e cinco reais) global.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 36/2022 - Processo nº 4639/2022.

VIGÊNCIA: Até 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

Santa Fé do Sul - SP, 01 de dezembro de 2022.

EVANDRO FARIAS MURA

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP.

CONTRATADA: ELIMARI COMERCIAL ESCOLAR EIRELI - ME

OBJETO: Visa-se à aquisição de equipamentos pelo Projeto Estadual Cozinhamento, relativo a Termo de Convênio - Processo nº SAA-PRC-2021/14614, celebrado com o Estado de São Paulo através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, conforme as especificações e condições contidas do Edital.

ASSINATURA: 01 de dezembro de 2022.

VALOR: R\$1.797,00 (um mil e setecentos e noventa e sete reais) global.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 36/2022 - Processo nº 4639/2022.

VIGÊNCIA: Até 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

Santa Fé do Sul - SP, 01 de dezembro de 2022.

EVANDRO FARIAS MURA
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP.

CONTRATADA: **TURBO SYSTEM COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**

OBJETO: Visa-se à aquisição de equipamentos pelo Projeto Estadual Cozinhamento, relativo a Termo de Convênio - Processo nº SAA-PRC-2021/14614, celebrado com o Estado de São Paulo através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, conforme as especificações e condições contidas do Edital.

ASSINATURA: 01 de dezembro de 2022.

VALOR: R\$11.599,50 (onze mil e quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) global.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 36/2022 - Processo nº 4639/2022.

VIGÊNCIA: Até 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

Santa Fé do Sul - SP, 01 de dezembro de 2022.

EVANDRO FARIAS MURA
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP.

CONTRATADA: **LICITARA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**

OBJETO: Visa-se à aquisição de equipamentos pelo Projeto Estadual Cozinhamento, relativo a Termo de Convênio - Processo nº SAA-PRC-2021/14614, celebrado com o Estado de São Paulo através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, conforme as especificações e condições contidas do Edital.

ASSINATURA: 01 de dezembro de 2022.

VALOR: R\$3.890,00 (três mil e oitocentos e noventa reais) global.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 36/2022 - Processo nº 4639/2022.

VIGÊNCIA: Até 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

Santa Fé do Sul - SP, 01 de dezembro de 2022.

EVANDRO FARIAS MURA
Prefeito

Vigilância Sanitária

Deferimentos

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 827/22 Data de Protocolo: 30/11/2022 CEVS: 354660301-472-000293-1-9 Data de Validade: 01/12/2023 Razão Social: VAREJAO DA ECONOMIA HORTIFRUTI LTDA CNPJ/CPF: 24.051.653/0001-68 Endereço: RUA 14, 1413 CENTRO Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: JOCILAINE PEREIRA DE AMORIM MONTEIRO CPF:

27601236854 O Diretor da VIGILANCIA SANITÁRIA DE SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Alteração de Dados Cadastrais do Estabelecimento, Endereço. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento. SANTA FÉ DO SUL, Quinta-feira, 1 de Dezembro de 2022.

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 828/22 Data de Protocolo: 30/11/2022 CEVS: 354660301-865-000113-1-2 Data de Validade: 27/12/2023 Razão Social: JULIANA CARLA NOGUEIRA MANDARINI CNPJ/CPF: 30673475875 Endereço: RUA TRAJANO CAROLINO TEIXEIRA, 73 PQ. CIDADE LAZER Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: JULIANA CARLA NOGUEIRA MANDARINI CPF: 30673475875 Resp. Técnico: JULIANA CARLA NOGUEIRA MANDARINI CPF: 30673475875 CBO: 07410 Conselho Prof.: CRP No. Inscr.:93424 UF:SP O Diretor da VIGILANCIA SANITÁRIA DE SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento. SANTA FÉ DO SUL, Quinta-feira, 1 de Dezembro de 2022.

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 829/22 Data de Protocolo: 30/11/2022 CEVS: 354660301-865-000100-1-4 Data de Validade: 19/12/2023 Razão Social: ELLEN LOUZADA PINHEIRO CNPJ/CPF: 41174503874 Endereço: NAVARRO DE ANDRADE, 178 CENTRO Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: ELLEN LOUZADA PINHEIRO CPF: 41174503874 Resp. Técnico: ELLEN LOUZADA PINHEIRO CPF: 41174503874 CBO: 251510 Conselho Prof.: CRP No. Inscr.:134232 UF:SP O Diretor da VIGILANCIA SANITÁRIA DE SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento. SANTA FÉ DO SUL, Quinta-feira, 1 de Dezembro de 2022.

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 689/22 Data de Protocolo: 26/09/2022 CEVS: 354660301-561-000854-1-3 Data de Validade: 29/11/2023 Razão Social: QUIOSQUE SAO PEDRO - RESTAURANTE LTDA CNPJ/CPF: 45.543.750/0001-48 Endereço: RUA ALTINO FERREIRA DAS NEVES, 1153 CORREGO DO MARRUCO Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: RENAN BRITO BRENTAN CPF: 37306559818 O Diretor da VIGILANCIA

SANITÁRIA DE SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Licença Sanitária Inicial do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento. SANTA FÉ DO SUL, Quinta-feira, 1 de Dezembro de 2022.

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 831/22 Data de Protocolo: 01/12/2022 CEVS: 354660301-865-000157-1-7 Data de Validade: 13/12/2023 Razão Social: ARTHUR REZENDE VILELA FORTUNATO CNPJ/CPF: 45056040800 Endereço: RUA 10, 751 CENTRO Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: ARTHUR REZENDE VILELA FORTUNATO CPF: 45056040800 Resp. Técnico: ARTHUR REZENDE VILELA FORTUNATO CPF: 45056040800 CBO: 251510 Conselho Prof.: CRP No. Inscr.:173257 UF:SP O Diretor da VIGILANCIA SANITÁRIA DE SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento. SANTA FÉ DO SUL, Sexta-feira, 2 de Dezembro de 2022.

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 810/22 Data de Protocolo: 18/11/2022 CEVS: 354660301-561-000605-1-8 Data de Validade: 21/11/2023 Razão Social: HOTEL 3 IRMÃOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 24.314.777/0001-99 Endereço: RUA 16, 331 CENTRO Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: MARCELO RAHAL CPF: 27769165822 O Diretor da VIGILANCIA SANITÁRIA DE SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento SANTA FÉ DO SUL, Sexta-feira, 2 de Dezembro de 2022.

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 811/22 Data de Protocolo: 18/11/2022 CEVS: 354660301-360-000025-1-8 Data de Validade: 19/11/2023 Razão Social: HOTEL 3 IRMÃOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 24.314.777/0001-99 Endereço: RUA 16, 331 CENTRO Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: MARCELO RAHAL CPF: 27769165822 Resp. Técnico: KEMEL RAHAL CPF: 18446176882 CBO: 214205 Conselho Prof.: CREA No. Inscr.:5060900736/D UF:SP O Diretor da VIGILANCIA SANITÁRIA DE SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento.

O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento. SANTA FÉ DO SUL, Sexta-feira, 2 de Dezembro de 2022.

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 834/22 Data de Protocolo: 05/12/2022 CEVS: 354660301-472-000154-1-5 Data de Validade: 23/08/2023 Razão Social: CASA DE CARNES TRIVELATO LTDA ME CNPJ/CPF: 64.818.297/0001-80 Endereço: AV. CONS. ANT. PRADO, 180 SAO FRANCISCO Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: FLORISVALDO TRIVELATO DURAN CPF: 10940736870 O Diretor da VIGILANCIA SANITÁRIA DE SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento. SANTA FÉ DO SUL, Terça-feira, 6 de Dezembro de 2022.

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 838/22 Data de Protocolo: 05/12/2022 CEVS: 354660301-477-000108-1-2 Data de Validade: 28/01/2024 Razão Social: HPM ARTIGOS MEDICOS E ORTOPÉDICOS LTDA - ME CNPJ/CPF: 09.537.711/0001-74 Endereço: AV. NAVARRO DE ANDRADE, 866, CENTRO, Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: ALESSANDRO MANZATO FREIRI CPF: 18454460896, Resp. LEGAL: SIRLEY RODRIGUES GONÇALVES CPF: 85391590663. O Diretor da VIGILANCIA SANITÁRIA DE SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento. SANTA FÉ DO SUL, Terça-feira, 7 de Dezembro de 2022.

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 832/22 Data de Protocolo: 02/12/2022 CEVS: 354660301-863-000494-1-7 Data de Validade: 21/01/2024 Razão Social: CLINICA MEDICA FERRO LARANJO LTDA CNPJ/CPF: 16.902.056/0001-71 Endereço: RUA 05, 1435 1 A 4 CENTRO Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: RODOLFO MANZATO LARANJO CPF: 33294473893 Resp. Técnico: RODOLFO MANZATO LARANJO CPF: 33294473893 CBO: 06105 Conselho Prof.: CRM No. Inscr.:157845 UF:SP Resp. Técnico: JANAINA APARECIDA SOARES FERRO LARANJO CPF: 33604616816 CBO: 06141 Conselho Prof.: CRM No. Inscr.:155229 UF:SP O Diretor da VIGILANCIA

SANITÁRIA DE SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento. SANTA FÉ DO SUL, Terça-feira, 6 de Dezembro de 2022.

.....
Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 840/22 Data de Protocolo: 06/12/2022 CEVS: 354660301-863-000118-1-9 Data de Validade: 18/12/2023 Razão Social: SERGIO AUGUSTO DELLA LIBERA CLINICA MÉDICA CNPJ/CPF: 19.076.602/0001-50 Endereço: RUA 10, 460 SALA 01 CENTRO Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: SERGIO AUGUSTO DELLA LIBERA CPF: 15936565807 Resp. Técnico: SERGIO AUGUSTO DELLA LIBERA CPF: 15936565807 CBO: 223144 Conselho Prof.: CRM No. Inscr.:84353 UF:SP O Diretor da VIGILANCIA SANITÁRIA DE SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento. SANTA FÉ DO SUL, Quarta-feira, 7 de Dezembro de 2022.

.....
Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 835/22 Data de Protocolo: 05/12/2022 CEVS: 354660301-472-000372-1-4 Data de Validade: 11/12/2023 Razão Social: LEANDRO SANDANIELO GAS LTDA CNPJ/CPF: 30.214.253/0001-29 Endereço: RUA ANTONIO GARCIA ALVES SOBRINHO, 435 RESIDENCIAL VILLAGE SANTA FE Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: MARLI APARECIDA SANDANIELO CPF: 28541253805 O Diretor da VIGILANCIA SANITÁRIA DE SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento. SANTA FÉ DO SUL, Quarta-feira, 7 de Dezembro de 2022.

Cancelamentos

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 826/22 Data de Protocolo: 30/11/2022 CEVS: 354660301-561-000551-1-5 Data de Validade: Razão Social: ESIO PICCININ - ME CNPJ/CPF: 22.164.083/0001-97 Endereço: RODOVIA EUCLIDES DA CUNHA KM 624, S/N LOJA: HOTEL CANTINA DISTRITO INDUSTRIAL II Município: SANTA FÉ DO SUL CEP: 15775-000 UF: SP Resp. LEGAL: ESIO PICCININ CPF: 10096184825 O Diretor da VIGILANCIA SANITÁRIA DE

SANTA FE DO SUL SP. Defere o(a) Cancelamento de Licença Sanitária do Estabelecimento por constatação da equipe de fiscalização do encerramento das atividades da empresa no local. SANTA FÉ DO SUL, Sexta-feira, 2 de Dezembro de 2022.

.....